



**PROGRAMAÇÃO**  
**CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE MAGISTRADOS**  
**Sentença Criminal e a Jurisprudência dos Tribunais Superiores**

<b>INFORMAÇÕES DA ESCOLA</b>	<b>Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro</b> Responsável Técnico da Escola: Simone Cuber Araujo Pinto Diretor da Escola: Desembargador Marco Aurélio Bezerra de Melo Mandato do Diretor: 03/02/2023 a 03/02/2025		
<b>PERÍODO DE INSCRIÇÃO</b>	Até 29 de janeiro de 2025.		
<b>DATA E HORÁRIO</b>	03 de fevereiro a 11 de março de 2025. Aulas síncronas: 10/02, 17/02 e 24/02, de 09 às 10h30		
<b>TIPO DE ATIVIDADE</b>	Curso de formação continuada	<b>CARGA HORÁRIA</b>	20 horas
<b>MODALIDADE</b>	A distância	<b>Nº DE VAGAS</b>	40
<b>LOCAL</b>	Plataforma Moodle ( <a href="http://virtual.emerj.com.br/">http://virtual.emerj.com.br/</a> ) e Plataforma Zoom		
<b>PÚBLICO-ALVO</b>	Magistrados do TJRJ		
<b>EMENTA DO CURSO</b>	DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL. SENTENÇA CRIMINAL. JURISPRUDÊNCIA.		
<b>TEMAS GERAIS</b>			
<b>EIXOS E SUBEIXOS</b>	<b>Boas práticas e Atualizações em Fontes/Pensamento Jurídico Teórico e Aplicado:</b>  Temas em Direito Penal Temas em Processo Penal  <b>Construção de Pensamento Crítico e/ou Compreensivo Teórico e Aplicado:</b> Lógica, Hermenêutica, Instrução processual e Racionalidade decisória (efetividade)		

<b>JUSTIFICATIVA</b>	<p>A dosimetria da pena representa um dos maiores desafios no âmbito do Direito Penal, exigindo do magistrado não apenas conhecimento profundo da legislação, mas também sensibilidade para equilibrar os diversos fatores que influenciam a aplicação da justiça. Com a evolução constante da jurisprudência dos tribunais superiores, especialmente do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), torna-se essencial que os juízes estejam atualizados sobre as interpretações e orientações que impactam diretamente a fixação das penas. Este curso de aperfeiçoamento busca capacitar os magistrados para uma aplicação mais precisa e fundamentada da dosimetria, alinhada às diretrizes atuais dos tribunais superiores, promovendo assim maior uniformidade e equidade nas decisões judiciais.</p>
<b>OBJETIVO GERAL</b>	<p>Ao final do curso os magistrados estarão aptos a aplicar de forma precisa a dosimetria da pena, à luz da jurisprudência atualizada dos tribunais superiores, visando à promoção de decisões judiciais mais justas, coerentes e fundamentadas.</p>
<b>OBJETIVOS ESPECÍFICOS (POR MÓDULO)</b>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Analisar os fundamentos legais e princípios que norteiam a dosimetria da pena no ordenamento jurídico brasileiro e as principais decisões e entendimentos jurisprudenciais dos tribunais superiores referentes à dosimetria da pena.</li> <li>2. Identificar os desafios e peculiaridades na aplicação prática dos critérios de dosimetria em diferentes contextos judiciais.</li> <li>3. Elaborar sentenças com fundamentação sólida na aplicação da dosimetria, conforme orientações jurisprudenciais.</li> </ol>
<b>DETALHES DA ATIVIDADE E CORPO DOCENTE</b>	
<b>COORDENAÇÃO</b>	<p><b>Kátia Maria Amaral Jangutta</b> Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.</p> <p><b>Anderson de Paiva Gabriel</b> Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJRJ), aprovado em 1 lugar no XLVII Concurso. Juiz auxiliar no STF e Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Pós-Doutor, Doutor e Mestre em Direito Processual pela UERJ. Pesquisador Visitante (Visiting Scholar) na Stanford Law School (Stanford University) e na</p>

	<p>Berkeley Law School (University of California-Berkeley). Atualmente, exerce a função de Juiz Auxiliar no Supremo Tribunal Federal (STF). Foi Juiz Auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) na gestão do Ministro Luiz Fux, exercendo as atribuições de Coordenador Processual (2020/2022). Anteriormente, atuou como Delegado de Polícia do Estado do Rio de Janeiro e como Delegado de Polícia do Estado de Santa Catarina. Graduação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tendo recebido diploma de dignidade acadêmica Cum Laude. Especialização em Direito Público e Privado pelo Instituto Superior do Ministério Público (ISMP), especialização em Direito Constitucional pela Universidade Estácio de Sá (UNESA) e especialização em Gestão em Segurança Pública pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). Professor de Direito Processual Penal da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ) e da Escola de Administração Judiciária (ESAJ). No âmbito do CNJ, já foi membro do Comitê de Integridade do Poder Judiciário - CINT e da Câmara de Regulação do Agente Regulador do Operador Nacional do Registro Imobiliário eletrônico - ONR (2020-2022). Integrou o Comitê Gestor de Proteção de Dados Pessoais - CGPDP (2020-2023) e o Comitê Gestor de Segurança da Informação - CGSI (2019/2020), ambos do TJRJ. É Coordenador da Revista de Análise Econômica do Direito (RAED) e membro do conselho editorial da Revista da Escola Nacional de Magistratura (ENM), da Revista da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), da Revista Direito e Liberdade e da International Journal of Law and Society, além de ser parecerista em mais de vinte revistas, como a REPRO, REDP, RBDPP e Revista Eletrônica do CNJ. Presidente do Fórum Permanente de Inovações Tecnológicas no Direito, integrando, ainda, como membro, o Fórum Permanente de métodos adequados de Resolução de conflitos e o Fórum Permanente de Direito e Economia, todos da EMERJ. Membro do Instituto Iberoamericano de Direito Processual (IIDP) e do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP). Membro honorário do Conselho da HSSA (Humanities e Social Sciences Association) da University of California-Berkeley. <a href="http://lattes.cnpq.br/7758145565226157">http://lattes.cnpq.br/7758145565226157</a></p>
<p><b>TUTORIA</b></p>	<p><b>Anderson de Paiva Gabriel</b></p>
<p><b>DOCENTES</b></p>	<p><b>Américo Bedê Freire Júnior</b>  Possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Maranhão (1997), Mestrado em Direitos e Garantias Fundamentais - Faculdades de Vitória (2004) e Doutorado em Direitos e Garantias Fundamentais - Faculdades de Direito de Vitória (2014). Pós Doutorado na Universidad Las Palmas Gran Canaria- Espanha (2022/2023). Atualmente é Professor titular do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu da - Faculdades de Vitória e Professor da graduação da FDV/ES. Atuando principalmente nos seguintes temas: processo penal, direito constitucional, direito penal, princípios constitucionais processo penal. Epistemologia judicial. Ex-Promotor de Justiça/ MA aprovado em 1 lugar, Ex-</p>

	<p>Procurador da Fazenda Nacional. Foi Juiz auxiliar no STJ 2020/2021. Juiz Instrutor no STF a partir de fevereiro de 2024. Juiz Federal Titular da 2 Vara Federal Criminal em Vitoria /ES aprovado em 1 lugar no 8 concurso do TRF da 2 região (2002)<a href="http://lattes.cnpq.br/0136827472164962">http://lattes.cnpq.br/0136827472164962</a></p> <p><b>Etiene Coelho Martins</b> Juiz Federal na 3ª Região. Doutorando na Universidade de Oxford, Master of Laws pela Universidade de Harvard (LL.M - 2019), Judicial Fellow no Federal Judicial Center (Washington, DC - 2019). Mestre em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública (2010), possui graduação em Direito pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2008) e em Ciências Policiais de Segurança e Ordem pela Academia de Polícia Militar D João VI (2000), Atua principalmente nos seguintes temas: Direito Penal e Mediação. Possui capacitação de Formação de Formadores.<a href="http://lattes.cnpq.br/1784244236756122">http://lattes.cnpq.br/1784244236756122</a></p> <p><b>Daniel Marchionatti Barbosa</b> Secretário-Geral do Conselho da Justiça Federal. Juiz Federal na 4ª Região. Doutor em Direito pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Ex-Magistrado Instrutor e Juiz Auxiliar no Supremo Tribunal Federal. Ex-Juiz Auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça e da Corregedoria-Geral da Justiça Federal. Ex-professor da UFRGS, da Enfam e do IDP. Proficiente em Alemão, Francês, Inglês e Italiano (USP). Possui capacitação de Formação de Formadores. <a href="http://lattes.cnpq.br/2127600699428187">http://lattes.cnpq.br/2127600699428187</a></p> <p><b>Rogério Sanches Cunha</b> Promotor de Justiça do Estado de São Paulo. Mestrando do programa de pós-graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Possui graduação em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (1997). É coordenador do curso RSOnline. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito e Processo Penal. <a href="http://lattes.cnpq.br/7434466535859766">http://lattes.cnpq.br/7434466535859766</a></p>
<p><b>METODOLOGIA E MATERIAL DE ENSINO</b></p>	<p>A metodologia do curso será centrada em um formato dinâmico e participativo, utilizando estratégias de ensino que promovem a aprendizagem ativa. O curso será composto de 3 (três) módulos. Ao longo dos módulos serão disponibilizados vídeo aulas com duração de 30 minutos cada e encontros síncronos com duração de 1 hora e 30 minutos cada.</p> <p>Em todos os módulos haverá uma questão para ser trabalhada no fórum de discussão. Nos módulos 1 e 2 haverá o uso de uma ferramenta de metodologia ativa consistente no mural virtual. No módulo 3 será apresentada aos alunos uma questão formativa para análise de caso para a aplicação prática do conteúdo do curso.</p> <p>Em cada módulo será abordada a temática proposta sempre direcionada a atividade judicante e visando a construção do conhecimento através de aulas expositivas,</p>

	<p>brainstorming, estudo de casos concretos e debates. O Brainstorming será utilizado visando levantar os conhecimentos prévios dos alunos a respeito dos temas propostos no curso, de modo a viabilizar um diagnóstico da turma com a consequente adequação do planejamento das atividades de ensino. As aulas terão uma parte expositiva dialogada e outra de resolução de casos concretos em grupo. Além disso, serão utilizados recursos audiovisuais como apresentações no PowerPoint e disponibilização de material de apoio. Neste contexto, o processo educativo pretende proporcionar uma aprendizagem significativa, duradoura e aplicável, contribuindo para o aperfeiçoamento e aprimoramento contínuo dos magistrados.</p>
<b>PROGRAMAÇÃO</b>	
<p><b>AMBIENTAÇÃO</b></p> <p><b>Período: 03 e 04/02</b></p>	<p>Ferramenta de Ambientação; Vídeo de apresentação do curso pelo coordenador(a) e/ou tutor(a); Programação; Fórum de Apresentação Tutor(a) e Alunos(as).</p>
<p><b>Módulo 1</b></p> <p><b>Período: de 05 a 11/02</b></p> <p><b>Encontro síncrono: 10/02, de 09 às 10h30</b></p> <p><b>Carga horária: 6 horas</b></p>	<p><b>SENTENÇA CRIMINAL E A JURISPRUDÊNCIA PENAL DOS TRIBUNAIS SUPERIORES</b></p> <p><b>Ementa:</b> Sentença Criminal. Questões controvertidas no Direito Penal. Jurisprudência dos tribunais superiores</p> <p><b>Vídeo aula:</b> (2 aulas de 30 minutos)</p> <p><b>Tema:</b> Sentença Criminal e a jurisprudência penal dos tribunais superiores</p> <p><b>Docente:</b> Rogerio Sanches Cunha</p> <p><b>Encontro síncrono 10/02, das 09h às 10h30:</b> Sentença Criminal e a jurisprudência penal dos tribunais superiores</p> <p><b>Docentes:</b> Rogerio Sanches Cunha e Anderson de Paiva Gabriel</p> <p><b>Metodologia:</b> Brainstorm para a avaliação diagnóstica sobre o tema da aula (10min). Exposição dialogada sobre o conteúdo (45min). Estudo de casos concretos em salas simultâneas (35min).</p> <p><b>Atividades e Avaliação de aprendizagem:</b> Padlet - Criação de quadro colaborativo de casos concretos sobre a temática do módulo. A avaliação acontecerá de forma contínua,</p>

	<p>diagnóstica e reflexiva a partir da participação dos alunos nos debates no fórum de discussão formativa e na participação na atividade de resolução de caso concreto em salas simultâneas.</p> <p><b>Leitura obrigatória:</b></p> <p>1 – Anuário por Ramos do Direito do STJ de 2023 e 2024, no tocante ao Direito Penal e Processual Penal. Disponível no site do STJ.</p> <p>2 – Informativo temático do STF de 2023 e 2024, no tocante ao Direito Penal e Processual Penal. Disponível no site do STF.</p>
<p><b>Módulo 2</b></p> <p><b>Período: 12/02 a 18/02</b></p> <p><b>Encontro síncrono: 17/02, de 09 às 10h30</b></p> <p><b>Carga horária: 6 horas</b></p>	<p><b>SENTENÇA CRIMINAL E A JURISPRUDÊNCIA PROCESSUAL PENAL DOS TRIBUNAIS SUPERIORES</b></p> <p><b>Ementa:</b> Sentença Criminal. Questões controvertidas no Processo Penal. Jurisprudência dos tribunais superiores</p> <p><b>Vídeo aulas:</b> (2 aulas de 30 minutos)</p> <p><b>Tema:</b> Sentença Criminal e a jurisprudência processual penal dos tribunais superiores</p> <p><b>Docente:</b> Américo Bedê Freire Júnior</p> <p><b>Encontro síncrono 17/02, de 09 às 10h30:</b> Sentença Criminal e a jurisprudência dos tribunais superiores</p> <p><b>Docentes:</b> Américo Bedê Freire Júnior e Anderson de Paiva Gabriel</p> <p><b>Metodologia:</b> Brainstorm para a avaliação diagnóstica sobre o tema da aula (10min). Exposição dialogada sobre o conteúdo (45min). Estudo de casos concretos em salas simultâneas (35min).</p> <p><b>Atividades e Avaliação de aprendizagem:</b> Padlet - Criação de quadro colaborativo de casos concretos sobre a temática do módulo. A avaliação acontecerá de forma contínua, diagnóstica e reflexiva a partir da participação dos alunos nos debates no fórum de discussão formativa e na participação na atividade de resolução de caso concreto em salas simultâneas.</p>

	<p><b>Leitura obrigatória:</b></p> <p>1 – Anuário por Ramos do Direito do STJ de 2023 e 2024, no tocante ao Direito Penal e Processual Penal. Disponível no site do STJ.</p> <p>2 – Informativo temático do STF de 2023 e 2024, no tocante ao Direito Penal e Processual Penal. Disponível no site do STF.</p>
<p><b>Módulo 3</b></p> <p><b>Período: de 19 a 25/02</b></p> <p><b>Encontro síncrono: 24/02, de 09 às 10h30</b></p> <p><b>Carga horária: 6 horas</b></p>	<p><b>SENTENÇA CRIMINAL E DOSIMETRIA DA PENA</b></p> <p><b>Ementa:</b> Sentença Criminal. Dosimetria da pena. Método trifásico.</p> <p><b>Vídeo aula:</b> (2 aulas de 30 minutos)</p> <p><b>Tema:</b> Sentença criminal e dosimetria da pena</p> <p><b>Docente:</b> Etiene Coelho Martins</p> <p><b>Encontro síncrono 24/02, de 09 às 10h30:</b> Sentença criminal e dosimetria da pena</p> <p><b>Metodologia:</b> Brainstorm para a avaliação diagnóstica sobre o tema da aula (10min). Exposição dialogada sobre o conteúdo (45min). Estudo de casos concretos em salas simultâneas (35min).</p> <p><b>Docentes:</b> Etiene Coelho Martins, Daniel Marchionatti e Anderson de Paiva Gabriel</p> <p><b>Atividades e Avaliação de aprendizagem:</b> A avaliação acontecerá de forma contínua, diagnóstica e reflexiva a partir da participação dos alunos nos debates no fórum de discussão formativa e na participação na atividade de resolução de caso concreto em salas simultâneas. Questão formativa para análise de caso para a aplicação prática do conteúdo do curso.</p> <p><b>Leitura obrigatória:</b></p> <p>1 – Relatório CNJ GT Dosimetria da Pena. Disponível em: <a href="https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/09/relatorio-gt-dosimetria-da-pena-v5.pdf">https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2022/09/relatorio-gt-dosimetria-da-pena-v5.pdf</a></p>

	<p>2 – Anuário por Ramos do Direito do STJ de 2023 e 2024, no tocante ao Direito Penal e Processual Penal. Disponível no site do STJ.</p> <p>3 – Informativo temático do STF de 2023 e 2024, no tocante ao Direito Penal e Processual Penal. Disponível no site do STF.</p>
<p><b>Módulo de Avaliação de Reação</b></p> <p><b>Período: de 26 a 11/03</b></p> <p><b>Carga horária: 02 horas</b></p>	<p>Registro Reflexivo sobre as competências desenvolvidas a partir dos conteúdos abordados pelo curso</p> <p>Avaliação de Reação</p> <p>Avaliação das Aulas</p>
<p><b>AVALIAÇÃO</b></p> <p><b>(Total 100 pontos)</b></p>	<p>Aulas síncronas (10 pontos cada) = 30 pontos</p> <p>Mural virtual (5 pontos cada) = 10 pontos</p> <p>Questão formativa = 15 pontos</p> <p>Fóruns de discussão formativa (15 pontos cada) = 45 pontos</p>
<p><b>CERTIFICAÇÃO</b></p>	<p>Registro no SIEM</p> <p>Emissão de certificado na plataforma Moodle</p>